



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

**ANEXO XI - RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO E CONTA
CENTRALIZADORA**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins do presente ANEXO, os termos abaixo definidos terão os seguintes significados:

CONCLUSÃO PLENA	Marco a ser atestado pelo AUDITOR INDEPENDENTE e validado pela AGÊNCIA REGULADORA que confirma que um ou mais PACOTE(S) DE INVESTIMENTO(S) indicado(s) na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO foi(ram) devidamente concluído(s), em conformidade com as exigências do CONTRATO e de seus ANEXOS, não restando quaisquer inconformidades a serem sanadas.
CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA	Marco a ser atestado pelo AUDITOR INDEPENDENTE e validado pela AGÊNCIA REGULADORA que confirma que um ou mais PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS não foi(ram) integralmente concluído(s), levando em consideração as exigências do CONTRATO e de seus ANEXOS.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, a ser livremente movimentada.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, a ser livremente movimentada.
INVESTIMENTOS PERMITIDOS	Investimentos cuja contratação é permitida no âmbito deste ANEXO, em relação aos recursos depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO e na CONTA CENTRALIZADORA, nos termos dos itens 4.9 e 5.2.
NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO	Notificação a ser emitida pela CONCESSIONÁRIA para comunicar a conclusão de determinado(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS, nos termos do item 3.3.
NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO	Notificação a ser emitida pelo AUDITOR INDEPENDENTE para atestar a CONCLUSÃO PLENA ou a CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA de um ou mais PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS indicado(s) na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, nos termos do item 3.4.1.
NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO	Notificação a ser emitida pela AGÊNCIA REGULADORA para determinar o pagamento da(s) parcela(s) dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO devida(s) à CONCESSIONÁRIA, observados: (i) o regramento previsto neste ANEXO; e (ii) a situação excepcional prevista no item 3.5.5, em que a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO poderá ser emitida diretamente pelo AUDITOR INDEPENDENTE.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

PACOTE DE INVESTIMENTOS	Conjunto de investimentos listados no ANEXO XI.A do CONTRATO.
SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO	Solicitação a ser emitida pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 3.7, para requerer a antecipação do cronograma de conclusão de PACOTES DE INVESTIMENTOS.

- 1.2. Os termos grafados em maiúsculas neste ANEXO e não conceituados acima terão o significado previsto no ANEXO XIII do CONTRATO, quando ali definidos.

2. INTRODUÇÃO

- 2.1. A CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento: (i) da RECEITA BRUTA, que será composta pela receita proveniente da venda de INGRESSOS e pelas RECEITAS ACESSÓRIAS; e (ii) dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, em periodicidade semestral, à medida em que forem sendo concluídos e certificados os PACOTES DE INVESTIMENTOS previstos no ANEXO XI.A, conforme o regramento previsto no CONTRATO e neste ANEXO.

3. RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO

- 3.1. As parcelas dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO previstas no ANEXO XI.A do CONTRATO serão pagas à CONCESSIONÁRIA uma vez a cada semestre, desde que: (i) tenha sido certificada a CONCLUSÃO PLENA de um ou mais PACOTES DE INVESTIMENTO indicados na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO; e (ii) tenha sido emitida a correspondente NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, conforme regrado no presente ANEXO.
- 3.1.1. A primeira janela de pagamento dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO ocorrerá no prazo de 6 (seis) meses contados da DATA DE ASSINATURA. As demais janelas de pagamento ocorrerão uma vez a cada semestre, a partir da janela inicial.
- 3.1.2. O valor máximo que será disponibilizado à CONCESSIONÁRIA a título de RECURSOS DE RECOMPOSIÇÃO em uma mesma janela de pagamento será correspondente ao indicado para o respectivo semestre no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO aprovado. Superado o referido limite, o montante excedente será disponibilizado na próxima janela de pagamento, desde que sejam cumpridos os demais requisitos previstos neste ANEXO, observada a possibilidade de SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO prevista no item 3.7.
- 3.2. Cada parcela dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO correspondente a um determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS será devida em pagamento único, conforme indicado no ANEXO XI.A do CONTRATO.

Avaliação dos PACOTES DE INVESTIMENTOS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

3.3. Até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, à AGÊNCIA REGULADORA e ao AUDITOR INDEPENDENTE a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, contemplando o(s) PACOTE(S) INVESTIMENTOS que tenha(m) sido concluído(s) no último mês.

3.3.1. A NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO incluirá o relatório de medição a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo: (i) a descrição do(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS concluído(s); (ii) a declaração, a ser emitida pelo RESPONSÁVEL TÉCNICO, sobre o cumprimento das especificações técnicas constantes do CONTRATO e de seus ANEXOS, bem como das normas nacionais e internacionais, das técnicas e dos métodos aplicáveis, relativos ao(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTO em questão; e (iii) as eventuais parcelas dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO consideradas devidas à CONCESSIONÁRIA, em função da execução do(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS correspondente(s), nos termos do ANEXO XI.A do CONTRATO.

3.4. Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá emitir, em até 30 (trinta) dias, a respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, que deverá ser encaminhada ao PODER CONCEDENTE, à CONCESSIONÁRIA e à AGÊNCIA REGULADORA.

3.4.1. A NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO deverá incluir: (i) o relatório de fiscalização, com o detalhamento da avaliação do(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS indicado(s) na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO; (ii) a atestação, pelo AUDITOR INDEPENDENTE, quanto à CONCLUSÃO PLENA ou à CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA do(s) referido(s) PACOTE(S) de INVESTIMENTOS; e (iii) os correspondentes montantes devidos à CONCESSIONÁRIA a título de RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, nos termos do ANEXO XI.A do CONTRATO.

3.4.2. Caso o AUDITOR INDEPENDENTE ateste a CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA de um ou mais PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS indicado(s) na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, ele deverá propor, na NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, as correções a serem efetuadas pela CONCESSIONÁRIA para alcançar a atestação de CONCLUSÃO PLENA do(s) referido(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS.

Não sendo cumprido o prazo previsto no item 3.4 para emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, não será presumida a aprovação tácita da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO pelo AUDITOR INDEPENDENTE, que deverá, ainda que de forma extemporânea, analisar a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO e emitir a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.

3.5. Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, a AGÊNCIA REGULADORA deliberará, em até 10 (dez) dias, sobre a possibilidade de emissão da respectiva NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO.

3.5.1. Em sua deliberação referida no item 3.5, a AGÊNCIA REGULADORA deverá avaliar se são adequadas as conclusões do AUDITOR INDEPENDENTE indicadas no item 3.4.1.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 3.5.2. A deliberação referida no item 3.5 deverá ser fundamentada exclusivamente em aspectos técnicos e/ou contratuais e prevalecerá, para todos os efeitos, sobre as conclusões do AUDITOR INDEPENDENTE.
- 3.5.3. Caso a AGÊNCIA REGULADORA entenda pela CONCLUSÃO PLENA de um ou mais PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS indicado(s) na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, ela deverá, em até 5 (cinco) dias úteis emitir a correspondente NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, indicando o valor a ser pago à CONCESSIONÁRIA a título de RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, nos termos do ANEXO XI.A do CONTRATO4.12.
- 3.5.4. Caso a AGÊNCIA REGULADORA entenda pela CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA de um ou mais PACOTES DE INVESTIMENTOS previstos na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, ela deverá, em até 5 (cinco) dias, notificar a CONCESSIONÁRIA acerca das correções a serem efetuadas no(s) referido(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTO.
- 3.5.4.1. Na hipótese do item 3.5.4, a CONCESSIONÁRIA deverá: (i) sanar as inconformidades apontadas pela AGÊNCIA REGULADORA; e (ii) submeter nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO relacionada ao(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS em questão, reiniciando o procedimento previsto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e seguintes.
- 3.5.5. Caso a AGÊNCIA REGULADORA não se manifeste no prazo mencionado no item 3.5, o AUDITOR INDEPENDENTE, a título preliminar e precário, emitirá diretamente a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, com base na NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, aplicando-se, neste caso, o seguinte regramento:
- (i) o AUDITOR INDEPENDENTE deverá emitir a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO em até 5 (cinco) dias contados da data em que se exaurir o prazo de manifestação da AGÊNCIA REGULADORA, previsto no item 3.5,4.12;
 - (ii) sem prejuízo da aplicação, a título preliminar e precário, do disposto no item 3.5.5 acima, não será presumida a aprovação tácita da AGÊNCIA REGULADORA, que deverá, ainda que de forma extemporânea, analisar a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO enviada pelo AUDITOR INDEPENDENTE;
 - (iii) caso, após o pagamento de determinada(s) parcela(s) dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, a AGÊNCIA REGULADORA apure que a CONCLUSÃO PLENA do(s) respectivo(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS não fora cumprida na data atestada pelo AUDITOR INDEPENDENTE, o correspondente benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA, exclusivamente relacionado à(s) parcela(s) paga(s) indevidamente dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, deverá ser aferido pela AGÊNCIA REGULADORA, na forma do item abaixo (“VALOR DE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

AJUSTE DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO”);

- (iv) o VALOR DE AJUSTE DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO deverá ser calculado a partir da aplicação da taxa SELIC sobre o valor da(s) parcela(s) dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO relacionada(s) ao(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS que tenha(m) sido objeto de contestação pela AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do item “iii” acima, considerando o período transcorrido entre o pagamento da(s) parcela(s) à CONCESSIONÁRIA e a avaliação de que trata o referido item “iii”; e
- (v) o VALOR DE AJUSTE DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO deverá ser descontado do montante aplicável à NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à análise referida no “iii” acima, sendo que, se não houver NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente, o valor apurado deverá ser pago pela CONCESSIONÁRIA diretamente ao PODER CONCEDENTE.

3.6. Em cada janela de pagamento, a AGÊNCIA REGULADORA encaminhará ao BANCO DEPOSITÁRIO a(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE PAGAMENTO relativa(s) aos PACOTES DE INVESTIMENTO concluídos e certificados nos últimos 6 (seis) meses, para que o BANCO DEPOSITÁRIO proceda ao pagamento das respectivas parcelas dos RECURSO DA RECOMPOSIÇÃO devidas à CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 4.12, observado o limite previsto no item 3.1.2.

3.7. Caso a CONCESSIONÁRIA deseje antecipar a conclusão de um ou mais PACOTES DE INVESTIMENTOS previstos para o ano calendário seguinte no ANEXO XI.A do CONTRATO, deverá, até o fim do mês de julho de cada ano, enviar SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO à AGÊNCIA REGULADORA e ao PODER CONCEDENTE.

3.7.1. Na SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá: (i) indicar qual(is) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS pretende antecipar e o mês contratual em que pretende concluí-lo(s); e (ii) apresentar a proposta de alteração dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, indicando os novos prazos para conclusão do(s) referido(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTO.

3.7.2. A SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO deverá ser: (i) analisada pela AGÊNCIA REGULADORA, no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua apresentação pela CONCESSIONÁRIA; e (ii) decidida pelo PODER CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da avaliação realizada pela AGÊNCIA REGULADORA.

3.7.3. Sendo cumpridas as exigências indicadas nos itens acima, aplicar-se-á o seguinte: (i) caso a CONCESSIONÁRIA não conclua o(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS nos prazos indicados no

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

cronograma apresentado na SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO, incorrerá nas penalidades previstas no ANEXO VIII aplicáveis aos eventos de atraso de conclusão dos EMPREENDIMENTOS; e (ii) caso a CONCESSIONÁRIA conclua o(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS nos prazos indicados no cronograma apresentado na SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO, o PODER CONCEDENTE deverá adotar as medidas de sua alçada necessárias para assegurar o pagamento antecipado das parcelas dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO aplicáveis, incluindo a adequada previsão orçamentária na Lei de Orçamento Anual e as medidas necessárias ao empenho do respectivo valor, para fins de pagamento.

3.8. Na hipótese de superação do prazo previsto nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS para o cumprimento de determinado PACOTE DE INVESTIMENTO, o correspondente valor dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO poderá ser incluído nas parcelas subsequentes, para efeitos de pagamento, quando for efetivamente executado o PACOTE DE INVESTIMENTOS em questão, observado o procedimento previsto nos itens 3.3 e seguintes, sem prejuízo da aplicação, à CONCESSIONÁRIA, das penalidades previstas no CONTRATO e no ANEXO VIII.

3.8.1. Na hipótese do item 3.8, será excluído do cálculo do reajuste do valor da parcela dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO o período transcorrido entre a data em que o PACOTE DE INVESTIMENTO deveria ter sido cumprido, tal qual prevista nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, e a data do seu efetivo pagamento.

3.9. Eventuais divergências relacionadas à conclusão e à atestação dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, bem como ao pagamento dos correspondentes RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsias disciplinados no CONTRATO.

Reajuste das parcelas dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO

3.10. As parcelas dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO indicadas no ANEXO XI.A serão reajustadas anualmente, por meio da variação do INCC, ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, nos termos da seguinte fórmula:

$$RE_{i-n} = RE_{i-db} \times (INCC_n / INCC_{db})$$

Onde:

RE_{i-n} é a parcela dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i , válido durante o ano contratual n ;

RE_{i-db} é a parcela dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i , indicada no ANEXO XI.A do CONTRATO;

$INCC_n$ é o número índice do INCC correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO; e

$INCC_{db}$ é o número índice do INCC correspondente à DATA BASE.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 3.11. O primeiro reajuste dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO será realizado na primeira janela de pagamento referida no item 3.1.1, considerando-se como mês de referência para o cálculo o mês calendário anterior, e os demais reajustes serão realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior.
- 3.12. Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto nos itens 3.10 e 3.11, a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais, devendo ser avaliada a ocorrência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrente desta alteração.
- 3.13. Na hipótese de não ser conhecido o índice de reajuste previsto no item 3.10, a fim de permitir que o seu cálculo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste.
- 3.13.1. Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á a apuração e o correspondente ajuste financeiro da diferença, a maior ou a menor, considerada a mesma data de aplicação do reajuste que tenha dado origem à ocorrência, efetuando-se o pagamento à CONCESSIONÁRIA da diferença calculada a seu favor, ou o desconto da diferença calculada a favor do PODER CONCEDENTE na parcela subsequente dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.
- 3.14. Na eventualidade do índice de reajuste previsto no item 3.10 deixar de existir, a AGÊNCIA REGULADORA passará de imediato à aplicação do indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.
- 3.14.1. Caso não seja oficializado um índice substitutivo, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador, adotando-se, na hipótese de não se alcançar consenso, os procedimentos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.
- 3.15. Para efeitos de reajuste dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, os valores serão calculados com 4 (quatro) casas decimais, desprezando-se os valores calculados a partir da 5ª (quinta) casa decimal, sendo arredondados mediante a aplicação dos seguintes critérios:
- 3.15.1. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- 3.15.2. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.
- 3.16. O cálculo do reajuste das parcelas dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO será feito pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado à AGÊNCIA REGULADORA com 10 (dez) dias de antecedência da data de cada reajuste.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 3.16.1. A AGÊNCIA REGULADORA poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a correção do cálculo referido no item 3.16 até a véspera da data fixada para cada reajuste, obrigando-se a CONCESSIONÁRIA a realizar as correções determinadas.
- 3.16.1.1. O reajuste será efetivado nos termos da determinação da AGÊNCIA REGULADORA, sendo certo que, caso a CONCESSIONÁRIA discorde de referida determinação, poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias previstas no CONTRATO.
- 3.16.2. Caso a AGÊNCIA REGULADORA não se manifeste sobre o cálculo referido no item 3.16 até a data do reajuste, será aplicada automática e provisoriamente o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA, até a homologação da AGÊNCIA REGULADORA, quando então far-se-á o eventual desconto ou majoração, na parcela subsequente dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, de eventuais valores que tenham sido recebidos a maior ou a menor pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.17. A AGÊNCIA REGULADORA somente poderá deixar de homologar e autorizar o reajuste dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO se demonstrar, fundamentadamente, que:
- I. Houve erro no cálculo realizado pela CONCESSIONÁRIA para alcançar o valor reajustado dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO; ou
 - II. Não se completou o período para a aplicação do reajuste.

4. FUNCIONAMENTO DA CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO

Regras gerais sobre a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO

- 4.1. A CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, de titularidade do PODER CONCEDENTE, foi aberta como condição à assinatura do CONTRATO e deverá ser mantida durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, às expensas da CONCESSIONÁRIA.
- 4.1.1. A CONCESSIONÁRIA arcará integralmente com os encargos e as taxas relacionados à atuação do BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos do CONTRATO e deste ANEXO.
- 4.2. A CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO terá movimentação restrita às destinações e vinculações previstas no CONTRATO e neste ANEXO, não podendo o BANCO DEPOSITÁRIO realizar qualquer movimentação em desacordo com o previsto em tais instrumentos.
- 4.3. Para todos os efeitos legais, as PARTES reconhecem que os recursos depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO somente poderão ser movimentados pelo BANCO DEPOSITÁRIO nos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

termos do CONTRATO e deste ANEXO.

- 4.4. Os recursos depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO serão de titularidade do PODER CONCEDENTE.
- 4.5. O PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA se obrigam a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO para movimentação da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO em desconformidade com o CONTRATO e com este ANEXO.
- 4.5.1. O BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam em acordo com as determinações do CONTRATO e deste ANEXO.
- 4.6. O PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA terão acesso imediato, por meio eletrônico, às informações da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.
- 4.6.1. Sempre que solicitado pelas PARTES ou pela AGÊNCIA REGULADORA, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações ou documentos sobre a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.
- 4.7. Não será admitida a utilização dos recursos depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO para fins diversos dos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO.
- 4.8. Para os fins dispostos neste item 4, as menções às contas de livre movimentação deverão ser entendidas como uma ou mais contas correntes indicadas, conforme o caso, pelo PODER CONCEDENTE, pela AGÊNCIA REGULADORA, pela CONCESSIONÁRIA, pelos FINANCIADORES, ou por seus representantes, que tenham a prerrogativa de exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos instrumentos aplicáveis, como o CONTRATO, os contratos de financiamento e/ou o ACORDO TRIPARTITE, se celebrado.
- 4.9. As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO poderão ser aplicados nos INVESTIMENTOS PERMITIDOS, a seguir indicados:
- (i) títulos públicos pós-fixados de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO;
 - (ii) títulos privados pós-fixados emitidos por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO; e

- (iii) cotas de fundo de investimento administrados por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as necessidades da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens (i) e (ii) acima, e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas.

4.9.1. Todas as aplicações referidas no item 4.9 acima deverão ser realizadas com recursos da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.

4.9.2. Os rendimentos oriundos dos INVESTIMENTOS PERMITIDOS serão acrescidos ao saldo da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, para todos os fins deste ANEXO, deduzidos os tributos e as despesas devidas.

4.9.3. A CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE e a AGÊNCIA REGULADORA concordam que os valores depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO poderão ser aplicados segundo decisão da AGÊNCIA REGULADORA, desde que nos INVESTIMENTOS PERMITIDOS e em conformidade com as demais disposições do contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO.

4.10. As PARTES concordam que a CONCESSIONÁRIA não poderá ceder direitos ou constituir ônus, gravames, encargos, restrições ou preferências de qualquer natureza sobre a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.

Recursos a serem depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO

4.11. Serão depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO os seguintes recursos: (i) o valor bruto da OUTORGA FIXA ofertada na PROPOSTA COMERCIAL da CONCESSIONÁRIA, apresentada na LICITAÇÃO, no montante de [•] ([•]), considerando o ágio, devidamente atualizado pela variação do IPCA, entre o mês anterior à data-base de [•] e o mês anterior ao do efetivo pagamento, nos termos do item 16.5, “ix”, do EDITAL; e (ii) os valores a serem transferidos pelo PODER CONCEDENTE para pagamento das parcelas dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO indicadas no ANEXO XI.A, nos termos do item 4.12, “ii” e “iii”.

Movimentações da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO

4.12. Recebida(s) a(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE PAGAMENTO, nos termos do item 3.6, o BANCO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

DEPOSITÁRIO deverá, em até 2 (dois) dias úteis, adotar as seguintes medidas:

- (i) se o saldo disponível na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO for suficiente para pagamento da(s) parcela(s) dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO devida(s) à CONCESSIONÁRIA, informada(s) na(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE PAGAMENTO, transferir o respectivo montante da CONTA DE RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA;
- (ii) se houver saldo disponível na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, porém, insuficiente para fazer frente ao pagamento da(s) parcela(s) dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO devida(s) à CONCESSIONÁRIA, transferir o valor existente da CONTA DE RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA e notificar o PODER CONCEDENTE para que deposite o montante residual na CONTA DE RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, no prazo de até 30 (trinta) dias; e
- (iii) se não houver saldo disponível na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, notificar o PODER CONCEDENTE para que deposite, na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, o montante integral indicado na(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE PAGAMENTO, no prazo de até 30 (trinta) dias.

4.12.1. Na hipótese dos incisos “ii” e “iii” do item 4.12, uma vez depositado o valor devido pelo PODER CONCEDENTE na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferi-lo para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

4.12.2. Havendo atraso por parte do PODER CONCEDENTE na realização dos depósitos referidos nos incisos “ii” e “iii” do item 4.12, o respectivo valor deverá ser acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar do encerramento do prazo previsto nos incisos “ii” e “iii” do item 4.12 até o seu efetivo depósito na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, sem prejuízo da possibilidade de a CONCESSIONÁRIA fazer jus ao direito de rescisão antecipada do CONTRATO, nos termos de sua Cláusula 63.2.4.

5. FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA

Regras gerais para abertura da CONTA CENTRALIZADORA

- 5.1. A CONTA CENTRALIZADORA, de titularidade do PODER CONCEDENTE, foi aberta como condição à assinatura do CONTRATO e deverá ser mantida durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, às expensas da CONCESSIONÁRIA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

5.2. Aplicar-se-ão à CONTA CENTRALIZADORA as disposições constantes dos itens 4.1.1 a 4.10 acima.

Recursos a serem depositados na CONTA CENTRALIZADORA

5.3. As PARTES concordam que, nos termos do CONTRATO, a totalidade da RECEITA BRUTA deverá ser depositada na CONTA CENTRALIZADORA.

5.3.1. A parcela da RECEITA BRUTA arrecadada por meios eletrônicos de pagamento deverá ser depositada diretamente na CONTA CENTRALIZADORA, sendo expressamente proibido o envio de instrução diversa por parte da CONCESSIONÁRIA para as partes responsáveis pela arrecadação eletrônica de tal montante.

5.3.2. A parcela da RECEITA BRUTA arrecadada em meios físicos de pagamento deverá ser depositada pela CONCESSIONÁRIA na CONTA CENTRALIZADORA de acordo com cronograma a ser por ela informado à AGÊNCIA REGULADORA, sendo obrigação da CONCESSIONÁRIA garantir o depósito de tais valores no prazo fixado no cronograma, sem ultrapassar, em qualquer caso, o período de um mês contado do início da respectiva arrecadação.

5.3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários para fazer creditar na CONTA CENTRALIZADORA a RECEITA BRUTA, devendo, inclusive, mas sem se limitar, notificar todas as partes envolvidas no pagamento, depósito, intermediação ou transferência da RECEITA BRUTA, incluindo as empresas que prestarem serviços relacionados com a arrecadação eletrônica da RECEITA BRUTA, instruindo-as a depositar a totalidade dos valores devidos diretamente na CONTA CENTRALIZADORA, sem quaisquer compensações, descontos, retenções ou qualquer forma de redução.

5.3.4. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso venha a receber diretamente quaisquer valores relacionados com a RECEITA BRUTA, deverá providenciar o depósito da totalidade de tais montante na CONTA CENTRALIZADORA em até 2 (dois) dias contados de seu recebimento, vedada a compensação de quaisquer créditos que possa ter.

Movimentações da CONTA CENTRALIZADORA

5.4. A RECEITA BRUTA deverá ser transferida pelo BANCO DEPOSITÁRIO na forma indicada abaixo, observada a seguinte ordem de preferência:

5.4.1. a partir do início do auferimento de RECEITA BRUTA pela CONCESSIONÁRIA, o montante informado pela AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do item 5.5, devido pela CONCESSIONÁRIA a título de OUTORGA VARIÁVEL, deverá ser transferido, de forma direta e incondicional, para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE;

5.4.2. o montante equivalente ao percentual de 0,5% (meio por cento) da RECEITA BRUTA,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

correspondente ao ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, deverá ser transferido mensalmente, de forma direta e incondicional, para a conta indicada pela AGÊNCIA REGULADORA;

- 5.4.3. qualquer valor devido pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE por força do CONTRATO, já líquido e exigível após o encerramento, se o caso, do regular processo administrativo, deverá ser transferido para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE, caso assim a AGÊNCIA REGULADORA informe ao BANCO DEPOSITÁRIO, com demonstração da liquidez e exigibilidade dos valores, sendo certo que o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável por qualquer erro ou imprecisão das informações referentes a esta operação; e
 - 5.4.4. caso exista saldo residual na CONTA CENTRALIZADORA, após as deduções previstas nos itens 5.4.1 a 5.4.3 acima, esse deverá ser transferido à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA.
- 5.5. Nos termos do CONTRATO, será devida OUTORGA VARIÁVEL pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, observado o regramento previsto na Cláusula 20.1.2 do CONTRATO.
- 5.5.1. O valor da OUTORGA VARIÁVEL poderá variar anualmente, a depender do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos do CONTRATO, deste ANEXO e do ANEXO VI, respeitados o regramento e os limites previstos na Cláusula 20.1.2 do CONTRATO.
 - 5.5.2. O valor da OUTORGA VARIÁVEL devida pela CONCESSIONÁRIA será comunicado anualmente pela AGÊNCIA REGULADORA ao BANCO DEPOSITÁRIO, para fins de aplicação no próximo ciclo anual.
 - 5.5.3. Até que a AGÊNCIA REGULADORA envie a notificação prevista no item 5.5.2 relativa ao primeiro ciclo anual, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar normalmente as movimentações previstas nos itens 5.4.2 a 5.4.4, de modo a considerar movimentação prevista no item 5.4.2 como sendo a primeira na ordem de prioridade.
 - 5.5.4. Após o primeiro ciclo anual, caso haja atraso por parte da AGÊNCIA REGULADORA no envio da notificação referida no item 5.5.3, ou mesmo falta de envio da referida notificação, a CONCESSIONÁRIA, a AGÊNCIA REGULADORA e o PODER CONCEDENTE concordam que o BANCO DEPOSITÁRIO está autorizado a adotar o valor da OUTORGA VARIÁVEL indicado na notificação anterior, até que o novo valor seja oficialmente comunicado pela AGÊNCIA REGULADORA.
 - 5.5.5. Na hipótese de ser constatada diminuição indevida na arrecadação da OUTORGA VARIÁVEL decorrente de quaisquer operações que visem a reduzir artificialmente a RECEITA BRUTA, a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

CONCESSIONÁRIA estará sujeita à aplicação das penalidades previstas no ANEXO VIII.

- 5.6. Ressalvado o disposto no item 5.4.3, as demais movimentações da CONTA CENTRALIZADORA serão realizadas pelo BANCO DEPOSITÁRIO automaticamente, sem a necessidade de qualquer notificação adicional, respeitada a ordem de prioridade prevista no item 5.4, até o limite de disponibilidade da CONTA CENTRALIZADORA.
- 5.7. A periodicidade das movimentações referidas no item 5.4 poderá ser negociada entre as PARTES antes da assinatura do contrato referido no item 5.1, podendo ser acordadas transferências diárias e semanais (por exemplo), mas nunca excedendo o período de um mês entre as transações.